SEP
SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

É preciso exigir autonomia às administrações para contratar enfermeiros

14 Agosto, 2014

SEP e os enfermeiros exigem que às Administrações seja concedida autonomia para contratar os enfermeiros necessários para a prestação de cuidados de qualidade e, alertam para os riscos a que os utentes e profissionais do ACES Pinhal Litoral estão expostos decorrente da carência de enfermeiros.

As intervenções de enfermagem, nos Cuidados de Saúde Primários, são na sua essência caracterizadas pela promoção da saúde, a prevenção da doença e a reabilitação, mas a carência destes profissionais compromete a missão desta tipologia de cuidados, acarretando perdas em saúde para a população.

A promoção da saúde e prevenção da doença tem como objectivo a obtenção de ganhos em saúde. A recusa por parte do Governo/Ministério da Saúde em permitir a admissão de enfermeiros em função das necessidades coloca em causa a acessibilidade aos cuidados de enfermagem por parte da população, provocando uma redução drástica da qualidade, segurança e abrangência dos mesmos. Assim, inevitavelmente, a área preventiva acaba por ficar descurada para se poder dar resposta à área curativa.

Devido à carência de enfermeiros, surgem, diariamente, situações preocupantes, que colocam em risco a saúde da população e a eficiência do Serviço Nacional de Saúde. São vários os exemplos que podemos referir. **Doentes diabéticos**, a ausência de consultas regulares a estes doentes, onde para além do aconselhamento sobre alimentação, exercício físico, cuidados com os pés, entre outros, também se procede à vigilância de vários parâmetros, pode ter como consequência o aumento das complicações associadas a esta doença como amputações, cegueira, etc. **Doentes hipertensos**, o não acompanhamento regular pode ter como consequência AIT (Acidente Isquémico Transitório), AVC (Acidente Vascular Cerebral), EAM (Enfarte Agudo do Miocárdio). As sequelas deste tipo de patologias são conhecidas: perda parcial ou total da mobilidade, afasia, dependência total ou parcial para as actividades de vida diária (vestir, comer, cuidados de higiene…), processos longos de reabilitação e, na maioria dos casos, impedimento de retomar os seus papéis sociais. **Crianças**, a não realização de consultas regulares de Saúde Infantil, pode ter como consequência não deteção precoce de variadíssimos problemas como – obesidade, deficiências na 1ª dentição e consequentemente na 2ª, deficiente crescimento músculo-esquelético, dificuldades na aprendizagem, atraso de crescimento. Adolescentes, diminuição do acompanhamento das adolescentes ao nível das consultas de planeamento familiar, pode ter como consequência gravidezes indesejadas com graves consequências físicas e psicológicas para a adolescente. Saúde Escolar, a diminuição da frequência das visitas dos enfermeiros às escolas, no âmbito dos programas de saúde escolar, pode resultar na não sinalização atempada de crianças vítimas de abuso, crianças com diminuição da acuidade visual, distúrbios alimentares, défices nutricionais, vítimas de “bulling”, etc. **População adulta**, ativa e aparentemente saudável, impossibilidade de acompanhamento desta população, pode ter como consequência o aparecimento precoce de doenças, passíveis de serem evitadas se houvesse intervenções na área da promoção da saúde e prevenção da doença. **Saúde Materna**, impossibilidade de manter ou de implementar os programas de preparação para o parto. **Visitação Domiciliária**, tendo em conta as características na população que este ACES abrange não é possível realizar/manter programas de visitação domiciliária, sendo este um dos fatores

determinantes para agravamento do problema de sobre lotação dos Serviços de Urgência. Adesão ao Regime Terapêutico, impossibilidade de monitorizar e garantir o cumprimento do regime terapêutico, cujas consequências podem ser sucessivos reinternamentos hospitalares, absentismo laboral, perda da qualidade de vida, etc. **Saúde Mental e Psiquiátrica**, dificuldades em implementar/manter programas de acompanhamento destes doentes. Pelas características próprias que esta tipologia de doenças encerra em si mesma, as fragilidades no acompanhamento podem ter consequências gravíssimas: depressão profunda, suicídio/para suicídio, inadaptação social, etc.

A recusa em admitir enfermeiros está também a colocar em causa a saúde física e psicológica dos profissionais quando, apenas, 2 enfermeiros estão escalados para a sala de tratamentos, que tem uma taxa de ocupação diária de 150 a 200 utentes “atirando-os” para um trabalho à tarefa e impossibilitando a criação e manutenção de uma relação de confiança/terapêutica com os doentes e famílias”.

A reconfiguração dos Cuidados de Saúde Primários com a criação, por exemplo das UCC teve como objectivo principal aumentar a acessibilidade e a equidade dos cuidados de saúde, valorizando intervenções na população mais vulnerável. Este objectivo está hoje brutalmente comprometido por culpa do Governo/Ministério da Saúde.

Os enfermeiros são o grupo profissional que, pela natureza e objectivo das suas funções, mais próximo está da população. Essa proximidade possibilita uma intervenção precoce no sentido da prevenção da doença e promoção da saúde e, de acordo com a OMS, cada 1€ gasto na promoção da saúde permite não gastar 4€ no tratamento.

Dotações seguras, salvam vidas. Há evidência cientifica que confirma esta afirmação. Também “salvam” a vida dos profissionais. A consequência da sobrecarga de trabalho para os enfermeiros resulta em cansaço físico, maior absentismo, diminuição da produtividade, menor disponibilidade para os utentes e famílias. Mais grave, os enfermeiros estão na linha da frente da prestação de cuidados e, tendo como missão CUIDAR sentem uma profunda frustração por não conseguirem dar essas respostas, colocando-se muitas vezes em causa enquanto profissionais e seres humanos.

Os Enfermeiros e o SEP exigem a admissão de mais enfermeiros, porque estão conscientes que a população e os profissionais estão em risco. Em ultima análise, está também em risco o futuro do país. Apenas o Governo e Ministro da Saúde parecem ignorá-lo.

Desde já responsabilizam o Governo pela actual degradação do SNS e exigem que o Ministro da Saúde assuma, perante os portugueses, que modelo de serviço público de saúde pretende para o futuro.que não era possível contratar mais Enfermeiros, esta é a prova provada que é lutando que se ganham as batalhas.